

**REGULAMENTO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS DA
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

CAPÍTULO I

PREÂMBULO

1. Este Regulamento dispõe sobre os modelos de aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pela BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

1.1. O procedimento para as contratações a que se refere este Regulamento ocorre nas aquisições de modo geral, exceto quando, em razão da natureza da atividade, dos recursos financeiros ou do projeto a ser desenvolvido, houver regra específica para aquisições e contratações.

2. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a BASIS, mediante julgamento objetivo das propostas dos interessados, aplicando os princípios da igualdade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE AQUISIÇÕES

3. As aquisições de bens e as contratações de obras e serviços serão realizadas pela BASIS, observadas as seguintes modalidades, em ordem de prioridade:

I – Aquisições diretas: modalidade de procedimento realizada mediante simples pesquisa de mercado;

II – Cotação de Preços: modalidade de compra mediante a realização de, no mínimo, 3 (três) orçamentos junto a fornecedores especializados;

III – Seleção de Fornecedores: modalidade de procedimento entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados pela BASIS.

3.1. A BASIS poderá realizar aquisições e contratações sob outras modalidades, como, por exemplo, cadastro prévio de fornecedores.

Seção I

Aquisições Diretas

4. As aquisições diretas são realizadas nas seguintes hipóteses:

I – nas contratações com valor estimado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para outros bens e serviços;

II – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de declaração de fabricante ou atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, por documento equivalente;

III - para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

4.1. É vedada a utilização da modalidade de aquisição direta em decorrência de fornecedor exclusivo quando houver a escolha de marca, que poderá ocorrer somente de forma justificada.

5. As aquisições diretas deverão ser precedidas de pesquisa de mercado, para verificar a adequação dos preços.

5.1. Para justificativa de preços, pode ser realizada pesquisa de mercado da seguinte forma em caráter não exaustivo:

I - para aquisição de bens e serviços, por pesquisas:

- a) em catálogos de fornecedores e publicações especializadas nacionais e internacionais;
- b) em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- c) sobre preços praticados por órgãos e entidades públicas; ou
- d) direta, junto a fornecedores, entre outros meios confiáveis; e

II - para obras e serviços de engenharia, com base em:

- a) valores praticados pelo mercado ou pela Administração Pública em serviços e obras similares;
- b) dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado; ou
- c) custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à média de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, no caso de construção civil.

5.2. É permitida a aplicação isolada ou combinada dos critérios acima previstos, assim como a adoção de qualquer outro procedimento adicional para determinar o preço de mercado.

6. Os processos de aquisições diretas deverão ser instruídos com as razões da escolha do fornecedor, quando a aquisição não ocorrer por menor preço.

Seção II

Cotação de Preços

7. A BASIS realizará aquisições e contratações por meio de compra mediante cotação de preços com base em, no mínimo, 3 (três) orçamentos entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, para contratações em valores estimados de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para outros bens e serviços.

8. Os orçamentos serão colhidos mediante consulta de preços, os quais deverão ser juntados no respectivo processo da contratação.

Seção III

Seleção de Fornecedores

9. As aquisições ou contratações na modalidade de seleção de fornecedores devem ser realizadas entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de 3 (três), pela BASIS, em contratações estimadas acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para outros bens e serviços.

10. A BASIS disponibilizará a carta-cotação, inclusive em seu site, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - definição do objeto;

II - critério de julgamento das propostas;

III - data limite para apresentação das propostas;

IV - forma de submissão das propostas;

V - o prazo de validade das propostas;

VI - a forma de credenciamento de interessados e do recebimento das propostas.

11. A carta-cotação estabelecerá o prazo para resposta.

12. Poderão participar do procedimento qualquer interessado que manifestar interesse na contratação com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

13. Quando por limitações do mercado, ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção de, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de ser repetida a cotação de preços.

14. É facultado à BASIS, a qualquer tempo e antes da formalização do contrato, convocar o concorrente remanescente, na ordem de classificação, no caso de o concorrente anterior não comparecer.

CAPÍTULO III

DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

15. Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do instrumento convocatório, da carta-convite e da proposta a que se vinculam.

16. Os contratos firmados com base neste Regulamento poderão ser alterados por acréscimos ou supressões de seu objeto, mediante prévio acordo entre as partes.

17. Aos contratos de que trata este Regulamento, aplicam-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18. A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão, respondendo a parte que der causa pelos danos, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

19. É dispensável o termo de contrato e facultada a sua substituição, a critério da BASIS, nos casos de compra com entrega imediata e integral de bens ou de execução de serviços.

20. O contratado é responsável por danos causados diretamente à BASIS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato.

21. Para os fins deste Regulamento, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem, a prestação do serviço, a realização da obra, assim como qualquer outro evento contratual, cuja validade seja atestada pela BASIS.

22. A BASIS poderá rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento, serviço ou obra que, a seu juízo, esteja em desacordo com o contrato.

CAPÍTULO IV

DAS GARANTIAS

23. A BASIS poderá exigir, em cada caso, prestação de garantia nas contratações de compras, serviços e obras.

23.1. A garantia nas contratações de compras, serviços e obras será prestada mediante:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - fiança bancária.

23.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, após a execução do contrato ou da sua rescisão.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

24. A Diretoria da BASIS expedirá ato periodicamente, revisando os valores desta modalidade de contratação, justificadamente.

25. Constatada eventualmente a impossibilidade de competição, pela especificidade do objeto da aquisição, inexistência de número suficiente de fornecedores/interessados ou qualquer outro motivo, poderá a BASIS promover a

aquisição direta, mediante justificativa e observada apenas a compatibilidade do valor com o preço de mercado.

26. A BASIS poderá cancelar os procedimentos de contratação que houver iniciado, a qualquer tempo e em qualquer fase, assim como poderá, fundamentadamente, recusar a contratação de pessoa física ou jurídica que tenha demonstrado incapacidade administrativa, financeira ou for inidônea, sem que esse procedimento acarrete direito de indenização ou reembolso de quem se entender prejudicado.

27. A participação nos procedimentos de aquisições no âmbito da BASIS implica na aceitação pelo proponente, de forma irrestrita e irretratável, dos princípios e normas legais que regulam o respectivo procedimento, das normas expressas neste Regulamento e das disposições previstas nos instrumentos convocatórios.

28. A observância deste Regulamento não exime a BASIS da observância às formalidades previstas para cada uma das modalidades de aquisição.

29. Os casos omissos deverão ser submetidos à deliberação da Diretoria.

30. Este Regulamento entrará em vigor imediatamente.

31. Ficam revogadas as disposições em contrário.